

A crise da quinta república francesa



Por **DANIEL AFONSO DA SILVA***

A instabilidade ministerial crônica é apenas o sintoma superficial de uma crise constitucional profunda. A Quinta República navega à deriva, esgotada e sem rumo, enquanto a sociedade francesa, desnorreada e sem heróis, encara um abismo de incertezas

1.

Era previsível, mais que previsível: François Bayrou foi demitido do cargo de primeiro-ministro da França na última segunda-feira, 8 de setembro de 2025. Após receber 364 votos contrários à sua política geral para o país frente a apenas 194 favoráveis e 15 abstenções na sessão parlamentar, foi inevitável: ele obrigou-se a deixar o posto à disposição do presidente Emmanuel Macron. Que, de sua parte, imediatamente, escolheu o seu sucessor, Sébastien Lecornu, quem vai ensaiar a encarnação da função sabendo que também vai ser breve.

Breve como François Bayrou, que ficou em Matignon do 13 de dezembro de 2024 até o início desta semana. Breve como Michel Barnier, primeiro-ministro do 5 de setembro ao 13 de dezembro de 2024. Breve como Gabriel Attal, primeiro-ministro do 9 de janeiro ao 16 de julho de 2024. Breve como Elizabeth Borne, primeiro-ministro do 16 de maio de 2022 ao 9 de janeiro de 2024. Breve como Jean Castex, primeiro-ministro do 3 de julho de 2020 ao 16 de maio de 2022. Breve como Édouard Philippe, primeiro-ministro do 19 de julho de 2017 ao 3 de julho de 2020.

Breve, portanto, como foram breves todos os primeiros-ministros sob a presidência de Emmanuel Macron. O que evidencia muito mais que singela manutenção ou formação de governabilidade. Muito mais que explícita instabilidade político-partidária. Muito mais que gravíssima fratura social.

A queda de François Bayrou denota uma evidente crise da Quinta República francesa. Uma crise que conduz o país à agonia do desconhecido. Cujo ponto de partida remonta a tempos insuspeitos, mas bem distantes. Talvez esquecidos. Talvez soterrados. Que retrocedem, quem sabe, à morte do general De Gaulle naquele 9 de novembro de 1970. Ou à sua renúncia no mês de abril do ano anterior. Ou ainda às agitações parisienses de maio de 1968. E – por que não – ao mal-estar franco-argelino que impôs o retorno do general de Gaulle em 1958. Ou – para ir mais longe e ao mais essencial – à própria debacle francesa de 1940.

2.

De lá pra cá, nada foi simples. Tudo foi complexo e intenso demais. Profundo. Sem disposição para solução trivial. Que, talvez, possa receber como cursor mais recente a transição do presidente Jacques Chirac ao presidente Nicolas Sarkozy. Que ocorreu em 2007.

Nicolas Sarkozy foi o primeiro *baby boomer* a aceder ao cargo supremo sob a Quinta República francesa. O feito seria natural. O tempo passa para tudo e para todos. E a vivência das guerras totais, pouco a pouco, foi virando história, memória, passado e passado distante.

De Gaulle, George Pompidou, Valéry Giscard d'Estaing, François Mitterrand e Jacques Chirac traziam no corpo e na alma as cicatrizes das hecatombes das guerras e dos martírios do século XX. Encarnando, assim, aquilo que Raymond Aron nominava como “certa noção do trágico”.

Do presidente Nicolas Sarkozy adiante, essa noção foi esmaecendo em tudo, em todos e em todos os lugares. De cima a baixo da sociedade francesa – europeia e mundial. Desde a urdidura da política até o comportamento médio geral dos indivíduos no interior de suas coletividades.

E, para dramatizar ainda mais a situação, a presidência de Nicolas Sarkozy coincidiu com o pior malogro financeiro e econômico desde a crise de 1929 e precisou abnegar-se diante de um mundo em franca e plena queda livre.

Um mundo que gerou externalidades negativas estruturais e estruturantes sem precedentes. Acelerando o fim do *rêve européen* [sonho europeu]. Agudizando a desunião da e na Europa. Exasperando o humor dos franceses e naturalizando o *malaise* francês.

O que resultou na não reeleição do presidente Nicolas Sarkozy em 2012, na sofrível presidência de François Hollande de 2012 a 2017 e nos sucessos eleitorais sucessivos, em 2017 e 2022, de Emmanuel Macron.

As presidências de Emmanuel Macron são produto direto desses tempos incertos. Para muitos, bichudos. Sem norte, desnorteadores. Para alguns, simplesmente “desafiadores”.

Nas duas ocasiões eleitorais, 2017 e 2022, Emmanuel Macron chegou ao segundo turno frente a frente com Marine Le Pen, herdeira de Jean-Marie Le Pen e do *Front National*, e pouco à frente Jean-Luc Mélenchon, representante de certa “esquerda radical”, com inegável imensa votação.

Emmanuel Macron foi, assim, duas vezes eleito presidente da França por negação: negação aos extremismos de Marine Le Pen e negação aos histrionismos de Jean-Luc Mélenchon.

Mas, ao fim das contas, as tendências encarnadas por Marine Le Pen e Jean-Luc Mélenchon tornaram-se a expressão mais fidedigna do desespero, da desarmonia e do desacorçoo franceses destes anos todos.

Não restam dúvidas que parcela importante da movimentação política do presidente Emmanuel Macron visa conter mais essas tendências que o *malaise* francês e dos franceses. Da mesma sorte que parece evidente que a sua decisão de dissolver a Assembleia Nacional Francesa naquele 9 de junho de 2024 foi a demonstração de um esforço de contenção daquilo que não se pode mais conter.

3.

De volta aos fatos, o partido de Marine Le Pen havia conquistado maioria expressiva das cadeiras francesas para o Parlamento Europeu. Impondo muito mais que constrangimento à presidência de Emmanuel Macron. Impondo um sentimento de derrota. Derrota quase moral. Visto que aquele resultado das eleições europeias desautorizava a legitimidade da ação governamental interna na França ao passo que parte majoritária dos franceses ignorou o apelo do presidente Emmanuel Macron para a contenção da ascensão dos extremismos à direita e à esquerda no país.

Como reação, o seu gesto foi, então, aquele gesto dramático – e, em muito, infeliz – de dissolver a Assembleia Nacional

a terra é redonda

Francesa. Solicitando aos franceses uma revisão de consciência. Um retorno às urnas. Um terceiro ou quarto tempo de um jogo que já havia terminado. Só para confirmar se era aquilo mesmo. E confirmou-se. Ou, melhor, afirmou-se algo ainda mais aterrorizante. Marine Le Pen e Jean-Luc Mélenchon saíram ainda maiores e mais imponentes do pleito. Ampliando as suas bases políticas. Conquistando, respectivamente, 143 e 182 num universo de 577 representantes legislativos.

Não sendo, assim, demais lembrar que a força política liderada por Marine Le Pen saiu de zero representantes nas legislaturas de 2002 e 2007 para dois em 2012, nove em 2017, 89 em 2022 e 143 em 2024, após a dissolução. E o agrupamento de Jean-Luc Mélenchon - antes integrado ao Partido Socialista - variou de 162 em 2002 para 205 em 2007, 307 em 2012 para 58 em 2017, 131 em 2022 para 182 em 2024.

Eis a situação. Que é grave, gravíssima. Mas ainda não sugere que a França seja um país ingovernável. Longe disso. Após a dissolução, o presidente Emmanuel Macron nomeou dois primeiros-ministros - Michel Barnier e François Bayrou - que compuseram dois governos com uma importante variedade de ministros de todas as colorações partidárias.

Mas, incontestavelmente, o país singra pelo desconhecido. Sendo, assim, insignificante saber da duração da vida útil do primeiro-ministro Sébastien Lecornu. Sabe-se, de antemão, que será breve. Brevíssima. Não tanto no tempo. Mas na presença, na continuidade, na reorientação do país.

Marine Le Pen e Jean-Luc Mélenchon demandam mais que um primeiro-ministro. Demandam a convocação de eleições presidenciais. Querem o término súbito e imediato da presidência de Emmanuel Macron. Desejam uma autoimolação. Também entendida como renúncia do presidente da República.

Um cenário que, ao que tudo indica, parece fora do horizonte. Mesmo diante dessa sobreposição de crises. Que perenizam o mal-estar, o constrangimento e a agonia deste país, a França, e de seus cidadãos, os franceses. Que, pouco a pouco, parecem começar a duvidar de si mesmos. E, agora, diferente de 1940 e 1958, não dispõe de nenhum salvador para vir lhes amparar.

***Daniel Afonso da Silva** é professor de história na Universidade Federal da Grande Dourados. Autor de Muito além dos olhos azuis e outros escritos sobre relações internacionais contemporâneas (APGIQ).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)